

UBERIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NAS ATUAIS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO

Uberization and precariousness of teaching work in the current transformations of the world of work

 <https://orcid.org/0000-0002-4276-6181> Jociene Araujo Lima ^A

 <https://orcid.org/0000-0002-2587-7090> Maria de Fatima Oliveira Santos ^B

^A Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, CE, Brasil

^B Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, CE, Brasil

Recebido em: 30 05 2023 | Aceito em: 05 06 2024

Correspondência: Jociene Araujo Lima (jocienelima@gmail.com)

Resumo

Nos últimos anos tem se intensificado a precarização do trabalho docente, principalmente, quando se trata das condições concretas e objetivas do processo de trabalho e contratações de professores temporários. O presente trabalho possui como objetivo geral analisar como está sendo discutida nas pesquisas acadêmicas a contratação de professores temporários no Ceará, reverberadas pelo reordenamento das relações de produção capitalista. Como metodologia, usaremos a revisão de literatura. Para tal, foram consultados o Banco de Teses e Dissertações da CAPES e o Portal de Periódicos da CAPES. Na pesquisa bibliográfica, usaremos os escritos de Antunes (2005, 2009) e Mezsáros (2009). Concluímos que a maiorias das pesquisas mostram que o Estado do Ceará, atualmente através da contratação de professores, tem levado a cabo um projeto nefasto de adoecimento e precarização da profissão docente, da qual a intenção com este tipo de política de contratação é manter o professor subjogado a condições do estado e da política internacional.

Palavras-chave: Profissão Docente; Precarização Docente; Contratos.

Abstract

In recent years, the precariousness of teaching work has intensified, especially with regard to the concrete and objective conditions of the work process and the hiring of temporary teachers. The general objective of this work is to analyze how the hiring of temporary teachers in Ceará is being discussed in academic research, reverberated by the reordering of capitalist production relations. As methodology we will use a literature review. To this end, the CAPES Theses and Dissertations Database and the CAPES Periodical Portal were consulted. In the bibliographical research we will use the writings of Antunes (2005, 2009) and Mezsáros (2009). We conclude that most of the research points out that the State of Ceará, currently through the hiring of teachers, has carried out a disastrous project of illness and precariousness of the teaching profession, whose purpose with this type of hiring policy is to keep the teacher subjogated to the conditions of the State and international politics.

Keywords: Teaching Profession; Teaching Precariousness; Contracts



Introdução

Como modo de produção universal, as relações de produção capitalista estão na base estrutural da sociabilidade nas quais as demais práxis humanas, mesmo possuindo um grau relativo de autonomia, dependem ontologicamente do complexo fundante. O trabalho, antes de tudo, aparece como a práxis originária, pois coloca em movimento a ação humana teleológica de transformação da natureza e de sua própria natureza. Assim, todas as demais práxis sociais pressupõem que o ato do trabalho já esteja consumado.

Na sociabilidade capitalista, contudo, o trabalho concreto – produtor de valores de uso – está subsumido a sua forma histórica de ser trabalho produtivo de capital (TUMOLO, 2005). Nesse sentido, aparece como central e, portanto, como fundante dessa força de organização social. O trabalho docente e a ação pedagógica do professor estão, em regra, determinados para as necessidades de produção capitalista. Assim, pensar a ação pedagógica do professor, que iremos nos referir nesse ensaio como trabalho docente, não pode ser deslocada dos objetivos e finalidades inexoráveis postas pelo trabalho abstrato na forma social do capital – nesse sentido, produtivo de produção incessante de valorização do valor.

Vasapollo (2007) aponta inúmeros fatores que têm contribuído para uma nova mudança no mundo do trabalho, influenciando a profissão docente, que, nos últimos anos, tem-se acentuado sob processo de precarização. Antunes ainda reforça que o crescimento do número de privatizações tem afetado a esfera produtiva, acarretando na chamada “flexibilização” da profissão docente. Essa flexibilização tem como objetivo retirar os mínimos direitos trabalhistas, instaurar novas formas de contratação e manutenção desses novos trabalhadores afetados pela reestruturação produtiva, aumentando o trabalho precarizado, através de forma de contratação cada vez mais cruéis – como é o caso da contratação temporária de professor, que exige um novo perfil docente.

No novo perfil docente, este trabalhador contratado ou terceirizado não tem mais direito à previdência e possui seus direitos trabalhistas restritos e subordinados. O intuito dessa mudança é o corte de gastos trabalhistas, redução de encargos, ou seja, ações de flexibilização do direito trabalhista (VASAPOLLO, 2007) tornam-se medidas comuns e necessárias ao Estado.

Percebemos ao longo da pesquisa que a maioria dos profissionais são contratados por meio dessa manobra, na maioria das vezes, política e centrada na propagação do capital,

provocando profundos impactos na realidade cotidiana e profissional. As consequências dessa cobrança ao professor contratado têm repercutido vários fatores negativos para a educação, enquanto esfera ontologicamente humana.

Nesse sentido, as pesquisas atuais já mostram que os contratos docentes têm sido responsáveis por grande parte da precarização docente, principalmente em Estados brasileiros menores. Assim, com intuito de entender a questão, lançamos a seguinte problemática: como está sendo discutida, nas pesquisas acadêmicas, a contratação de professores temporários no Ceará? Esse fenômeno é apontado como uma forma de precarização docente?

Com o intuito de responder essa problemática, este trabalho tem como objetivo geral analisar como está sendo discutido nas pesquisas acadêmicas as contratações de professores no Ceará.

Assim, esse artigo será dividido em tópicos: no primeiro, abordaremos como vem ocorrendo essa nova transformação no mundo do trabalho, através de autores que pesquisam o tema; no segundo, apresentaremos teses da Capes, consultadas em seu banco de dados, e portal de periódicos da mesma, a fim de compreender como está sendo discutida a contratação de professores temporários na nova configuração do mundo do trabalho.

Metodologia

Os caminhos analíticos de Marx constituem o paradigma epistemológico na construção do presente trabalho. Nesse sentido, os pressupostos da totalidade, historicidade, complexibilidade, dialeticidade, praxidade, cientificidade e concreticidade, pertinente à condição humana (SEVERINO, 2017), formulados por Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895), é referência matricial para elaboração desta pesquisa.

Como metodologia, foi utilizada a revisão de literatura, pois se “[...] realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores” (SEVERINO, 2017, p. 131) e que hoje se caracterizam por serem uma fundamentação teórica que o pesquisador adota para analisar o objeto e problema da pesquisa. Desse modo, é por meio da análise da literatura, que compreendem os estudos já publicados anteriormente por outros pesquisadores, que foi feita a estruturação conceitual para sustentação ao desenvolvimento da pesquisa.

Assim, para elaboração da revisão da literatura foi necessário usarmos a metodologia de pesquisa bibliográfica, pois essa possibilita que o pesquisador tenha um contato mais íntimo

com o que fora estudado e discutido sobre seu objeto de estudo. Para tanto, como ferramenta de coleta de dados foram consultados o Banco de Teses e Dissertações da CAPES e o Portal de Periódicos da mesma. A pesquisa iniciou-se com o levantamento dos resumos de dissertações e teses realizadas em universidades, tendo a contratação de professores no estado do Ceará como foco.

Desse modo, fizemos uso da pesquisa do tipo exploratória, através de buscas na *internet*, no Banco de Teses e Dissertações da CAPES, assim como no *site* do periódico da CAPES. Buscamos como descritores as expressões e palavras-chave “contrato de trabalho docente”; “contratação de professores”; “contratação de professores na rede pública”; “contratação de professores na rede pública do Ceará” e “precarização dos contratos temporários de docente no Ceará”.

A precarização do trabalho docente e a transformação no mundo do trabalho

Para Marx (1996), o trabalho é a categoria fundante do ser social. Pois é com o trabalho que o ser social deixa as limitações das barreiras de desenvolvimento biológico para se desenvolver humanamente à luz de suas escolhas entre alternativas postas (LUKÁCS, 1979). Compreende o trabalho categoria fundante, pois para todas as demais categorias existirem pressupõe-se a realização do trabalho. Nesse sentido, o trabalho é, antes de tudo, a mediação entre o homem e a natureza, a transformação teleologicamente consciente da natureza para suprir suas necessidades, do *estômago à fantasia*.

Desse modo, para Marx (1996), os homens não existiriam sem a habilidade de transformar a natureza constantemente a seu interesse de sobrevivência. Dessa forma, o trabalho é *conditio sine qua non* em qualquer forma de sociabilidade humana, portanto, necessidade ontológica para a reprodução e construção do ser social. Ao transformar a natureza, o homem transforma sua própria natureza, criando novas necessidades cada vez mais sociais, mesmo aquelas ligadas às condições mais básicas de existência e sobrevivência. A fome é sempre a fome, mas é qualitativamente diferente a fome que se sacia com garfo e faca daquela fome que se sacia com unhas e dentes (MARX, 2011).

No marco da sociedade capitalista, o trabalho produtor de valores de uso está subsumido ao trabalho produtor de capital, como a apropriação privada da produção humana, por meio da produção de mais valia, ou mais valor. Valor é o tempo médio socialmente

necessário para produção de uma determinada mercadoria, ou seja, o tempo médio de trabalho contido nessa mercadoria. Nesse sentido, o trabalhador está inserido numa lógica de produção na qual parte do seu trabalho é o tempo necessário para produção de sua própria força de trabalho, ou seja, o tempo necessário para se obter as condições de manutenção de sua vida. Outra parte do seu trabalho é a produção excedente, produção de mais valor a ser apropriado pelo capitalista de forma privada. Nesse sentido, a sociabilidade capitalista não apenas produz mercadorias, como produz valor de forma intensiva e ampliada, produzindo assim, capital.

Na sociabilidade capitalista, a exploração do trabalho ocorre com a venda e compra da mercadoria força de trabalho. Assim, o trabalho deixa de ser uma categoria voltada para as necessidades humanas para ser uma forma de exploração e acumulação da sociedade de classes. Nesse marco, a crise estrutural do capital que assola o mundo do trabalho é fruto deste processo de reestruturação do capital ao mundo do trabalho, trazendo encadeamento na esfera política, social e principalmente ideológica no ideário da classe trabalhadora.

Mészáros (2010), baseado nas ideias de Marx, defende a tese de que, desde 1970, estamos inseridos em uma crise estrutural do capital. Essa se impõe como uma crise sistêmica que tem imposto à humanidade efeitos devastadores. Apesar de essa ter seu início na esfera econômica, hoje ela perpassa por todas as esferas sociais. Além disso, essa crise se apresenta sem precedente, ou seja, só será removida com a destruição do sistema capitalista.

Essa crise estrutural do capital tem sua essência na crise do binômio fordismo/taylorismo, em que outorgou “[...] o ressurgimento de ações ofensivas do mundo do trabalho” (ANTUNES, 2009, p. 42), cujo objetivo era manter a exploração do capital por meio da exploração (ANTUNES, 2009).

Assim, deparamo-nos com um cenário de profunda exploração que atinge principalmente a classe trabalhadora. De acordo com o segundo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, da rede *PENSSAN*, em 2022, 33,1 milhões de pessoas não têm o que comer. A concorrência da produção tem excluído metade da população, intensificando a precarização da força de trabalho humana. Isso se traduz em “[...] uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho” (MÉZÁROS, 2010, p. 37), que fortalece o crescente número de pessoas desempregadas e o surgimento do trabalho terceirizado, favorecendo a ampliação de maiores números de pessoas trabalhando de forma desumana, incluindo crianças, que agora são colocadas no mundo do trabalho competitivo de forma criminosa.

Antunes (2002) salienta que, diante deste cenário, o mundo do trabalho tem sofrido muitas alterações e tem produzido consequência penosa à classe trabalhadora, principalmente em países como o Brasil, que nem sequer conviveu – como parcelas da classe trabalhadora europeia – com o *Welfare State* (estado de bem-estar social), que tem a desregulamentação trabalhista profundamente mais acentuada em comparação a países europeus que viveram este momento (ANTUNES, 2002). Essa falta de regulamentação trabalhista tem contribuído para a ampliação do trabalho precarizado, como o trabalho informal, o aumento do número de terceirizados, principalmente do sexo feminino, contribuindo para ampliação da precarização dos trabalhadores improdutivos, obrigando a todos a se submeterem a um trabalho desumano com o propósito de sobreviver.

Assim, podemos definir, segundo Antunes (2005, p. 49), que a classe trabalhadora hoje se caracteriza “por ser um grupo heterogêneo de trabalhadores produtivos que produzem a mais valia e ajudam na ampliação do capital através da interação entre trabalho vivo e trabalho morto”.

Dentre os grupos que fazem parte dessa classe de trabalhadores, há o de professores. A profissão docente faz parte da classe trabalhadora, pois esse trabalhador vende sua força de trabalho em troca de salário, ou seja, o seu tempo de trabalho é trocado por um salário. E, quando executada no setor privado, produz-se mais valor para o dono da escola privada. Na área educacional, a exploração trabalhista tem sido feita por meio de contratos que tem causado ao trabalhador uma submissão na forma de trabalho e em suas funções. Isso porque cada contrato traz objetivos e função diferente, mesmo sendo na mesma rede de ensino. Para Augusto (2005), isso ocorre devido o perfil do Estado, que tem se caracterizado por sua vertente neoliberal, que busca diminuir os custos através da precarização do profissional docente. Oliveira (2004) afirma que:

O professor, diante das variadas funções que a escola pública assume, tem de responder a exigências que estão além de sua formação. Muitas vezes essas profissionais são obrigados a desempenhar funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outros. Tais exigências contribuem para um sentimento de desprofissionalização, de perda da identidade profissional, da constatação de que ensinar às vezes não é o mais importante (NORONHA, 2001 *apud* OLIVEIRA, 2004, p. 1132).

Neste contexto, o trabalho do professor tem sido cada vez mais precarizado e intensificado. E as funções que professor tem ocupado têm feito da sua carreira um misto de profissões, perdendo-se muitas vezes enquanto professor. Além disso, as demandas do capital

por bons resultados nas avaliações externas têm diminuído do professor sua autonomia enquanto organizador de seu trabalho, causando-lhe insegurança nas condições de produção e em suas capacidades. Ainda segundo a autora, essa reestruturação no mundo do trabalho, por meio da terceirização e contratos, tem contribuído para o processo de precarização e de intensificação do trabalho docente – enxergando-se hoje apenas como um parafuso na grande roda do capital.

Contratação de professores do Ceará, segundo as pesquisas acadêmicas nos últimos anos

No Banco de Teses e Dissertações da CAPES, assim como no *site* do periódico da CAPES, buscamos as por expressões e palavras-chave, a saber: “contrato de trabalho docente”; “contratação de professores”; “contratação de professores na rede pública”; “contratação de professores na rede pública do Ceará”; “precarização dos contratos temporários de docente no Ceará”. Foram encontradas cinco teses, das quais quatro (SOUSA, 2019; MARQUES, 2006; NASCIMENTO, 2014; MEDEIROS (2017) discutem a questão dos contratos temporários de professores, especificando as redes de ensino cearense. Apenas uma tese encontrada (GOMES, 2017) trata da questão da precarização dos contratos temporários de docentes a nível de Brasil.

Cabe ressaltar que a pesquisa de Sousa (2019) foi realizada no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará. As publicações de Marques (2006), Nascimento (2014) e Medeiros (2017) foram realizadas pela Universidade Federal do Ceará (UFC), em programas diferentes. Marques (2006) realizou pelo Programa de Pós-graduação em Educação; Nascimento (2014), pelo Curso de Pós-graduação em Economia, durante Mestrado Profissional; e Medeiros (2017), pelo Programa Pós-graduação em Educação Brasileira. Já a pesquisa que busca contextualizar a questão problema no Brasil (GOMES, 2017), foi realizada na Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

As teses específicas do Estado de Ceará, (SOUSA, 2019, MARQUES, 2006, NASCIMENTO, 2014, MEDEIROS, 2017), buscaram analisar, de maneira geral, o processo de contratação temporária de professores, tanto na rede da educação básica do ensino fundamental, como em alguns casos no ensino de determinada disciplina no ensino médio,

levando em consideração o alto número de professores contratados que temos nos últimos anos no contexto cearense.

A pesquisa de Sousa (2019), intitulada *Contratação de professores temporários na rede estadual de ensino: um dispositivo de manifestação do capital*, buscou investigar através da literatura e da legislação específica como ocorre o processo de contratação temporária de professores da rede estadual do ensino do Ceará em uma perspectiva marxista. Além disso, a pesquisa também procurou identificar os motivos do grande número de contratos temporários por tempo determinado no ensino médio cearense, tendo como pressuposto a necessidade de resposta imediata aos interesses de manutenção da ordem do capital. A pesquisa é vinculada à Linha Marxismo e Formação do Educador, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará.

A autora se propõe a analisar o aparato legal, na forma de lei complementar, investigando os pressupostos que regem essa contratação de professores na atual rede cearense, evidenciando através dos Editais públicos de Seleções Simplificadas, o retrato de uma profunda desprofissionalização, desvalorização e precarização dos professores que são acometidos por essa forma de contratação.

Outro resultado que também é profundamente discutido na pesquisa de Sousa (2019) é o processo de mudança produtivo para a reestruturação do capital que impactou no contexto do trabalho docente, aumentando a contratação de professores por tempo determinado e, conseqüentemente, aumentando as fragilidades nas condições de trabalho dos profissionais de educação. A pesquisa defende também que a flexibilização de contratos trabalhistas e a reestruturação produtiva aprofundaram as dificuldades das condições laborais dos docentes brasileiros.

A pesquisa de Marques (2006), intitulada *A figura do professor com contrato temporário: um estudo de caso do Liceu do Conjunto Ceará*, buscou analisar as relações de trabalho do professor, dando destaque à situação de precarização profissional docente que se encontra submetido a contratos temporários. Esse estudo também buscou fazer uma comparação, através de pesquisa de campo, de como se dá a prática docente no cotidiano de profissionais contratados – em contrapartida a um efetivado. A pesquisa aconteceu em um colégio Liceu do Conjunto Ceará, em Fortaleza, e os resultados apontam relação entre mudanças ocorridas no mundo do trabalho e o fenômeno chamado globalização, que têm

ocasionado novas modalidades de trabalho – o que tem ajudado a fomentar o atual momento de precarização da classe docente.

A pesquisa de campo realizada pelo pesquisador levou em consideração os dados entre 2002 e 2004, sendo subsidiada por questionário e técnica de entrevista semiestruturada. Foi respondida por 23 professores, o grupo gestor da escola e representantes da Associação dos Professores do Estado do Ceará. De acordo com Marques (2006) os dados alucinaram a ideia de que os professor contratados na escola investigada exercem funções trabalhistas no sistema informal sem carteira assinada e não têm seus direitos garantidos, vivenciando forte o processo de desvalorização profissional. Isso põe em evidência que, diferente do professor concursado no Ceará, os professores contatados não têm como opinar nas decisões trabalhistas, recebem salários atrasados, não têm benefícios, nem direitos, sendo considerados como profissionais descartáveis.

A pesquisa de Nascimento (2014), intitulada *Professores em regime de contrato temporário: uma análise do impacto no rendimento dos alunos das escolas públicas estaduais do Ceará*, tem uma proposta um pouco diferente das anteriores. Nela, o autor buscou o identificar o impacto que o trabalho de professores regidos por contratos temporários tem na aprendizagem dos alunos – no caso específico, alunos da 8ª série (9º ano) das escolas estaduais do Estado do Ceará, durante o período de 2011, tendo como referência a proficiência dos alunos nas disciplinas de matemática e português da Prova Brasil de 2011. A premissa do autor é destacar que este profissional, por sua múltipla rotatividade – uma vez que os direitos trabalhistas não oferecem condições deste professor se empenhar e se dedicar à carreira – sofre com o processo de precarização docente, que atinge também a qualidade da aprendizagem do aluno. A crítica de Nascimento (2014) não é no sentido de que os professores contratos não produzam ensino de qualidade, mas porque estes profissionais são tão explorados que isso acarreta na qualidade de sua intervenção durante o processo de ensino e aprendizagem.

A pesquisa de Medeiros (2017), intitulada *A sociologia do ensino médio no Ceará: as práticas pedagógicas de professores temporários da rede pública no município de Caucaia*, também apresenta uma perspectiva diferente da anterior. Aqui, além de analisar como acontecem os contratos de professores nas escolas do Ceará, ele também investiga o processo de contratação de professores para disciplina de sociologia, uma vez que há uma carência de professores formados nesta disciplina. Assim, ele apresenta como resultado que, na maioria

dos casos, a contratação de professores se dá não pela análise de currículos, mas por currículos já selecionados sem justificativa de escolha. Verificou-se ainda que os professores contratados, mesmo não sendo da área de sociologia: conseguem atingir o nível mínimo de qualidade nas aulas de sociologia, sofrem com o processo de precarização, não têm voto de escolha nas decisões estudantis e não possuem os mesmos direitos que professores concursados.

Finalmente, a pesquisa de Gomes (2017), intitulada *Contratação de professores temporários nas redes estaduais de ensino no Brasil: implicações para a categoria docente*, buscou investigar a contratação temporária de professores nas redes públicas estaduais de ensino do Brasil, em contexto geral, entre os anos de 2013 a 2015, através dos processos seletivos de professores ocorridos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A finalidade era elencar possíveis implicações destes contratos para a categoria docente. Para isso, optou por desenvolver uma pesquisa documental com base em documentos referentes aos processos seletivos para contratação temporária de professores. Conclui que o excesso de contratos para professores, num contexto de recomposição das condições de acumulação do capital pela crise estrutural do capitalismo, tem se efetivado como política de Estado, crescente, sobretudo, em condição cada vez mais precarizada.

Para discutir sobre as teses e pesquisas realizadas nos últimos anos, é mister observar que a Constituição Federal de 1988 prevê que a admissão docente no setor público escolar deve ocorrer mediante concurso público. Porém, no caso de emergência e extrema necessidade, por falta de funcionários públicos, a Carta Magna prevê, no inciso IX do artigo 37, a possibilidade de contratação temporária, por tempo determinado (BRASIL, 1988). No Estado do Ceará, tem se utilizado muito a premissa do inciso previsto na Lei para organizar a contratação e atuação de professores nas escolas em sua rede estadual de ensino, encaixando os profissionais docentes em duas categorias: professores efetivos (ou seja, os concursados) e professores não efetivos (aqueles que são contratados por tempo determinado: um ano, no máximo, com possibilidade de renovação, em caso de aprovação em novo processo seletivo).

Esse grande número de professores contratados que vem ocorrendo nos últimos anos no estado do Ceará, deve-se, também, como já enfatizado, à transformação do mundo do trabalho no sistema capitalista, que nas garantias trabalhistas mínimas traz como elemento chave a flexibilização e tem se tornado uma imposição à força-trabalho, obrigando o

trabalhador a conviver com as piores condições trabalho, aderindo às “novas ofertas” que estão conduzindo o trabalhador a trabalhos irregulares, precários e sem garantias (VASAPOLLO, 2005).

O cenário de aumento do desemprego, o avanço de emprego sem garantias mínimas e precarização do mercado de trabalho mostram o motivo para a grande evolução do número de professores contratados temporariamente na rede escolar cearense. Além disso, afirma Druck (2017) que essa contração também ocorre por diversos fatores ligados à crescente corrente neoliberalista estabelecida no Brasil. O autor aponta que a Reforma do Estado e a retirada do estado com as despesas públicas e com o funcionalismo público tem provocado um menor quantitativo de concursos públicos, impulsionando a terceirização. Além disso, agências multilaterais como o Banco Mundial têm apoiado a ideia de que professores contratados são mais manipuláveis e têm oferecido um esforço maior quanto ao alcance de melhores metas do que professores contratados, apoiando assim, que haja mais professores contratados do que concursados para essa carreira. Este tipo de posicionamento do Banco Mundial se mostra como uma política que busca dar continuidade a este tipo de precarização do trabalho docente, e cuja “[...] permanência dos temporários é a evidência maior de seu caráter não acidental e não ‘temporário’, mas de uma política que visa manter grande parte dos professores (41% ou quase um milhão, em 2015, como demonstrado) sob o regime da instabilidade” (SEKI *et al*, 2017, p. 11).

Ou seja, a intenção com esse tipo de política de contratação é manter o professor subjugado às condições do Estado e da política internacional. Assim, o que percebemos é que essa contração acontece como uma ofensiva do neoliberalismo na terceirização do serviço público, principalmente na área educacional. Vale também salientar que a terceirização do ensino público acontece para o crescimento das terceirizações de professores na área educacional, contribui para a redução de direitos dos professores tanto efetivos como contratados, degrada as condições de trabalho, rebaixa e precariza o trabalho através do baixo salário e da falta de investimento na carreira (DRUCK, 2017).

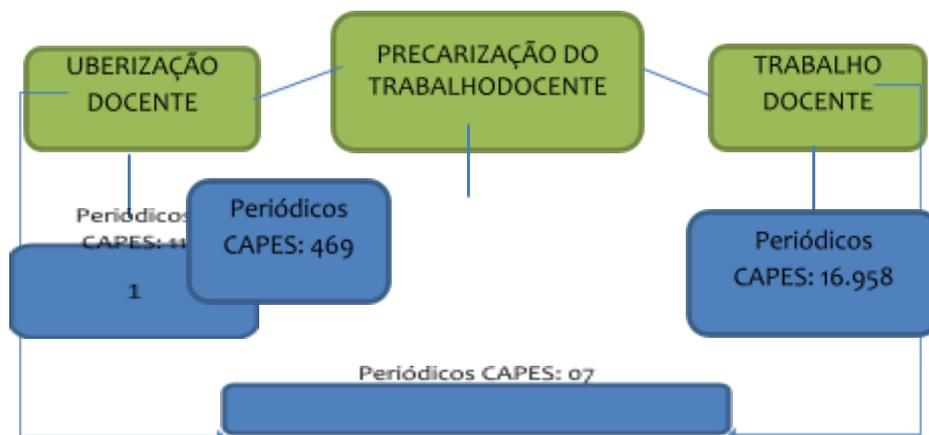
Assim, encontramos o mesmo problema da precarização do docente em cada cidade, estado brasileiro e no Ceará, com nomenclatura, estrutura e etapas de processos seletivos para a contratação temporária de professores. Eles não apresentam a mesma ordem nem seguem uma forma única de acontecer, e quem define isso é o aparato legal da Constituição Federal de 1988: cada ente federativo tem sua própria maneira de contratação. De acordo com Ferreira e

Moura (2014), essa circunstância tem causado a fragmentação da categoria, uma vez que cada ente federativo realiza contratação de maneira diferente.

Uberização, precarização e trabalho docente

A seguir, apresentamos, na Figura 1, fluxograma dos resultados obtidos da busca nas bases de dados dos periódicos da CAPES, com os respectivos descritores que estão expostos, até a seleção dos *artigos* utilizados para a análise desta pesquisa. Assim, utilizando os três descritores abaixo, a busca resultou em setes periódicos que serão a base para análise da precarização do trabalho docente.

Figura 1 – Fluxograma com os descritores, no banco de periódicos CAPES: precarização do trabalho docente, uberização docente e trabalho docente



Fonte: Elaborado pelos autores.

Inicialmente, tivemos a curiosidade de buscar pelos descritores em evidência, separadamente. Nota-se o grande número de trabalhos realizados acerca do mundo do trabalho sobre as temáticas específicas. Assim, delineamos a busca usando os três descritores,

simultaneamente – o que reduziu drasticamente o total para 7 (sete) periódicos. Vale salientar que, na busca avançada, apareceram 8 trabalhos, porém um dos artigos se encontrava duplicado. A seguir, apontaremos o que apresentam esses trabalhos sobre a precarização e uberização do trabalho docente.

Quadro 1 – Caracterização dos estudos revisados

Autor/Ano	Temática	Natureza da pesquisa	Palavras-Chave
Carius (2020)	A crise das evidências: a covid-19 e a uberização do trabalho dos docentes de matemática no município de Petrópolis	Qualitativa	Contratação temporária. Professores de matemática. Precarização do trabalho docente.
Costa e Mueller (2020)	Flexibilização e precarização do trabalho docente: uma análise das condições de trabalho dos professores admitidos em caráter temporário no magistério público de Santa Catarina	Qualitativa	Trabalho docente. Professores temporários. Precarização do trabalho. Uberização do Trabalho.
Leal e Leal (2021)	Educação em tempos de pandemia: ensino remoto e a precarização do trabalho docente no Brasil	Qualitativa	Educação. Ensino Remoto. Pandemia. Precarização.
Moura, Mendes Segundo e Aquino (2021)	Do docente efetivo ao docente uberizado: a precarização contratual do professor no Brasil	Qualitativa	Trabalho docente. Uberização. Contrato temporário.
Silva (2020)	Da uberização à youtuberização: a precarização do trabalho docente em tempos de pandemia	Qualitativa	Precário. Trabalho docente. Pandemia da COVID-19.
Silva, Gomes e Motta (2020)	Formas e tendências de privatização do trabalho docente e os influxos do empresariado na educação	Qualitativa	Trabalho docente, educação básica pública, precarização.
Silva (2019)	A uberização do trabalho docente no Brasil: uma tendência de precarização no século XX	Qualitativa	Trabalho Docente. Precarização Uberização.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O universo do estudo foi constituído por 7 (sete) artigos que contemplaram os descritores “precarização”, “uberização” e “trabalho docente”. Assim, os artigos abordam formas e tendências de precarização do trabalho docente na rede pública de ensino que vêm se intensificando nos últimos anos – o novo tipo de trabalhador: uberizado. Conforme apontam os estudos acerca do mundo do trabalho no contexto atual (ALVES; PINTO, 2011, ANTUNES, 2018, DAL ROSSO, 2017), no bloco histórico neoliberal, ocorreram alterações significativas na organização do trabalho para responder à crise econômica dos anos 1970 que afetou os trabalhadores como um todo – dos mais qualificados aos não qualificados.

Conforme Moura, Mendes Segundo e Aquino (2021), desta forma, no seio de discursos ideológicos baseados em “modernização” e “flexibilização”, existem interesses que não são de geração de emprego, nem em benefícios da classe trabalhadora, mas somente cerceamentos de direitos. Os trabalhadores estão presos em duas posições opostas que parecem ser as únicas possíveis: ter emprego ou ter direitos, mesmo reconhecendo a deterioração desse último. Segundo Antunes (2018), um grupo cada vez menor estará no topo dos assalariados, porém, essa posição é vulnerável ao colapso diante da instabilidade do mercado.

Silva (2019) apresenta duas formas de precarização docente, resultando nos tipos de trabalhadores: eventual e temporário. Para o autor, o professor eventual ainda está aquém do professor temporário. Esse primeiro atua em mais de uma escola no intuito de pegar aulas provenientes da ausência de professores contratados ou efetivos. Já o último demonstra uma precarização situacional, pois este é admitido por contrato e recebe minimamente o salário inicial da categoria. Assim Moura, Mendes Segundo e Aquino (2021) afirmam que a ausência de garantia no emprego se soma à remuneração insegura e à falta de identidade baseada no trabalho. Isso acontece porque, uma vez contratados, ocupam cargos sem carreira, e como resultado não se sentem pertencentes a um grupo profissional cercado de práticas estáveis, com seu próprio código de ética e comportamento. O objetivo dessa função docente é manter a aula para que o eventual professor realize as atividades previstas no plano de substituição.

Diante dos pontos apresentados, a história precária de trabalho do professor e as recentes alterações da legislação trabalhista corroboram para que fique ainda mais evidente a correlação entre as condições do trabalho docente e a uberização do trabalho ao indicar o fenômeno como um catalizador no processo de precarização do trabalho docente em curso há décadas.

Diante desses pontos, o histórico de precarização do trabalho docente e as recentes mudanças na legislação trabalhista evidenciam a correlação entre as condições de trabalho docente e a uberização, mostrando esse fenômeno como mais um catalizador no embate da precarização desses trabalhadores.

Diante dessa semelhança, vale pontuar que a precarização não é um elemento novo, mas um mecanismo usado pelo capitalismo para explorar ainda mais o trabalho alheio e, portanto, a Uberização em si não é totalmente inovadora. Segundo Venco (2019), no clima atual, o que é considerado moderno na fase Uber, atualizado com uma nova configuração na

comercialização da mão de obra, também existe no setor público. Quando consideramos o que ocorreu historicamente na desvalorização do trabalho docente após a consolidação do neoliberalismo, vemos o enfraquecimento do papel do Estado e as novas formas de trabalho regulamentadas por Lei e difundidas a partir de aplicativos, como se fosse a solução para a precarização do trabalho docente. E, no entanto, essa categoria está cada vez mais emergindo nas escolas públicas, confirmando um modelo de gestão que visa, antes de tudo, reduzir os custos incorridos pela proteção trabalhista.

Silva (2019, p. 248) aponta “Políticas educacionais que vêm sendo implementadas como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Reforma do Ensino Médio com seus itinerários formativos e o incentivo à educação à distância tendem a agravar a uberização e, conseqüentemente, a precarização do trabalho docente”. Nesse sentido, segundo Carius (2020), a semelhança entre um motorista da Uber e este professor são muitas: ambos devem estar disponíveis, só ganham pelas horas efetivamente trabalhadas, não possuem jornada de trabalho fixa e os proventos são totalmente variáveis. Em síntese, ambos trabalham por conta própria, com uma diferenciação: motoristas de aplicativo assumem os riscos de seu trabalho, enquanto os professores ainda não o fazem.

Conforme Felisberto Costa e Mueller (2020), a precarização do trabalho é um fenômeno que emerge a partir das novas formas e relações de trabalho. Até mesmo o serviço público, anteriormente ajustado sob o ordenamento jurídico, calçado na estabilidade e na garantia de direitos, passa pelo processo de degradação legal das condições históricas de seus trabalhadores, sobretudo, no âmbito da educação. Substitui-se o trabalhador concursado, estável no serviço público, pelo trabalhador temporário e/ou com regime parcial de trabalho. Assim, para os autores, o fenômeno do trabalho temporário implica também a própria organização da categoria dos trabalhadores em educação: a cisão entre aqueles que são concursados e aqueles que não são – os “empreendedores de si”, no jargão neoliberal.

Como sugerem Felisberto Costa e Mueller (2020), a precarização do trabalho é um fenômeno que emerge das novas formas e relações de trabalho. Mesmo os serviços públicos, anteriormente regulamentados no ordenamento jurídico com base na estabilidade e garantias de direitos, passaram por um processo de degradação jurídica das condições históricas de seus trabalhadores, especialmente no campo da educação. Os trabalhadores do serviço público, funcionários concursados, são substituídos por trabalhadores temporários e/ou trabalhadores a tempo parcial. Assim, para os autores, o fenômeno do trabalho temporário também significa

organização na categoria de educadores. A cisão entre efetivo e não efetivo – “auto-empresendedores”, no jargão neoliberal – resulta no vazio dos movimentos de classe, pois as demandas diferem em sua natureza, necessidades e possibilidades concretas de luta coletiva.

Nesse mesmo viés, Silva (2020) dialoga que a precarização do trabalho docente é fruto de uma política pública que tem privilegiado a contratação temporária como regra em detrimento do concurso público. Surgem cada vez em maior número novos formatos de contrato sem estabilidade, dentre os quais destacam-se os admitidos por caráter temporário e os eventuais. A autora aponta que essa questão se agravou ainda mais devido ao processo forçado de *youtuberização* advindo do trabalho remoto. Isso nos leva a pensar que se a uberização rompe com a noção de serviço público e o destrói junto com o magistério público, então, durante a pandemia, a *youtuberização* atingiu o profissional da educação e remodelou a sua relação com a escola num processo que vem para aumentar a alienação e a expropriação do trabalho docente.

Nessa mesma perspectiva, Leal e Leal (2021) expõem que os maiores reflexos da pandemia no trabalho do professor, por sua vez, giram em torno da intensificação e reconfiguração da precarização que, na atualidade, expressam-se em novas dinâmicas trabalhistas, como a “uberização” das profissões.

Mediante esse comparativo, inferimos que a precarização do trabalho docente pode ser evidenciada a partir da comparação entre as diversas categorias desses profissionais, além da percepção sobre a expansão do trabalho uberizado.

Assim, mediante as discussões aqui expostas, inferimos que a precarização do trabalho docente pode ser demonstrada a partir de comparações entre categorias de profissionais, além da percepção sobre a expansão do trabalho uberizado, no caso dos docentes, os quais vêm sofrendo com esse processo, demonstrando ser um aprofundamento da precariedade nas condições de trabalho. É claro que este modelo impacta na vida dos profissionais, na qualidade da educação e na forma como a sociedade organiza as relações de trabalho.

Considerações finais

Com a finalidade de analisar como está sendo discutido nas pesquisas acadêmicas a contratação de professores temporários (no Ceará), tendo em vista as atuais transformações do

mundo do trabalho, concluímos, através de revisão da literatura, que houve aumento de trabalhos que buscam entender os fatores que leva a este número exorbitante de professores contratados ou temporários. A maioria das pesquisas mostram que o Estado do Ceará hoje tem como guia de contratação de professores a política de análise de currículo profissional, e que, muitas vezes, não segue padrões específicos e acaba seguindo a indicação política local. Além disso, a maiorias das pesquisas mostram que o Estado do Ceará, atualmente, através da contratação de professores, tem levado a cabo um projeto nefasto de adoecimento e precarização da profissão docente, trazendo consequência muito grave não apenas para a profissão como para a qualidade educacional.

Além disso, ao longo das análises, percebe-se que as condições de trabalho do professor, dentre elas, a flexibilização, a intensificação e a precarização do trabalho docente, encontram-se totalmente inseridas na lógica capitalista de reestruturação do mundo do trabalho. A contratação de professores no Ceará não tem sido usada como uma emergência, como orienta a Constituição de 1988, mas como um projeto de privatização do capital contra a educação e a profissão docente.

Concluímos que a intenção com este tipo de política de contratação é manter o professor subjugado a condições do Estado e da política internacional. Assim, o que percebemos é que essa contratação acontece como uma ofensiva do neoliberalismo na terceirização do serviço público, principalmente na área educacional.

Referências

ALVES, Thiago; PINTO, José Marcelino de Rezende. Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 143, p. 606-639, 2011.

ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. (Mundo do Trabalho).

ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005. (Mundo do Trabalho).

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8. ed. Campinas: Unicamp, 2002.

CARIUS, Ana Carolina. A crise das evidências: a covid-19 e a uberização do trabalho dos docentes de matemática no município de Petrópolis. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 29, n. 3, p. 181–193, 2021.

DAL ROSSO, Sadi. *O ardil da flexibilidade, os trabalhadores e a teoria do valor*. São Paulo: Boitempo, 2017.

DRUCK, Graça. Terceirização no serviço público: múltiplas formas de precarização do trabalho. In: NAVARRO, Vera Lúcia; LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza (Orgs.). *O avesso do trabalho IV: terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho*. São Paulo: Outras Expressões, 2017. p. 59-87.

FELISBERTO COSTA, Matheus; MUELLER, Rafael. Flexibilização e precarização do trabalho docente: uma análise das condições de trabalho dos Professores Admitidos em Caráter Temporário no Magistério Público de Santa Catarina. *Política & Trabalho: revista de ciências sociais*, [S. l.], v. 1, n. 53, p. 181–197, 2021.

GOMES, Thayse Ancila Maria de Melo. Contratação de professores temporários nas redes estaduais de ensino no Brasil: implicações para a categoria docente. 2017. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

LEAL, Maiara Raquel Campo; LEAL, Guilherme de Freitas. Educação em tempos de pandemia: ensino remoto e a precarização do trabalho docente no Brasil. *Comunicologia - Revista de Comunicação da UCB*, Brasília, v. 14, n. 1, p. 122-139, ago., 2021.

LUKÁCS, György. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MOURA, Livia Romeno de; MENDES SEGUNDO, Maria das Dores; AQUINO, Cássio Adriano Braz de. Do docente efetivo ao docente uberizado: a precarização contratual do professor no Brasil. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, v. 30, n. 3, p. 67-85, 2021.

MARQUES, Maria José. *A figura do professor com contrato temporário: um estudo de caso no Colégio Liceu do Conjunto Ceará*. 2006. 142 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

MARX, Karl. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboço da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MEDEIROS, Isaac Nazareno Paiva de. A sociologia do ensino médio no Ceará: as práticas pedagógicas de professores temporários da Rede Pública no Município de Caucaia. 2017. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira) – Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2010.
- NASCIMENTO, Cláudio Bento do. Professores em regime de contrato temporário: uma análise do impacto no rendimento dos alunos das escolas públicas estaduais do Ceará. 2014. F. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- SEKI, Allan Kegin *et al.* Professor temporário: um passageiro permanente na Educação Básica brasileira. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 12, n. 3, set./dez. 2017.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez editora, 2017.
- SILVA, Amanda Moreira da. A uberização do trabalho docente no Brasil: uma tendência de precarização no século XXI. *Revista Trabalho Necessário*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 34, p. 229-251, set. 2019.
- SILVA, Amanda Moreira da. Uberização à Youtuberização. *Revista Trabalho, Política e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 587-610, dez. 2020.
- SILVA, Lorena de Macedo Oliveira. O professor temporário no ensino superior público em Goiás: uma contratação atípica. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, Catalão, 2019.
- SOUSA, Laryssa Ramos De Sousa. Contratação de professores temporários na rede estadual de ensino: um dispositivo de manifestação do capital. 2019. 126 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2019) - Universidade Estadual do Ceará, 2019. Disponível em: <<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=82703>> Acesso em: 9 de junho de 2024

TUMOLO, Paulo Sergio. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo; uma articulação possível? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 90, p. 239-265, jan./abr. 2005.

VENCO, Selma. Uberização do trabalho: um fenômeno de tipo novo entre os docentes de São Paulo, Brasil? *Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, supl. 1, p. 1-17, 2019.

VIEIRA, Jarbas Santos. *Um negócio chamado educação: qualidade total, trabalho docente e identidade*. Pelotas: Seiva Publicações, 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004.

VASAPOLLO, Luciano. O trabalho atípico e a precariedade – elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 45-58.